



PREFEITURA DO

RECIFE

PROCURADORIA DE TERMOS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - PTLC

PARECER n. 125 / 2015

INTERESSADO: Secretaria de Saúde (Ofício n. 77/2015 - GGAJ/GAB/SS).

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação - fornecedor exclusivo

ADMINISTRATIVO. CONTRATOS E LICITAÇÕES. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ART. 25, INC. I, DA LEI N. 8.666/93. FORNECEDOR EXCLUSIVO. REQUISITOS. LEGALIDADE.

Trata-se de consulta formulada pela Secretaria de Saúde acerca da contratação direta da empresa especializada no fornecimento de capnógrafo para os monitores da marca DRAGER modelo Infinity Delta XL para atender as necessidades do bloco cirúrgico da Policlínica e Maternidade Professor Bandeira Filho. Em específico, o que se pretende é a contratação por intermédio de fornecedor exclusivo de tais equipamentos no Brasil (Drager Indústria e Comércio LTDA).

De plano, há de se dizer que a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, pressupõe situação fática em que não haja viabilidade de competição. Ilustrando, o art. 25 da Lei n. 8.666/93 estabelece exemplos nos quais é possível a contratação direta por inexigibilidade de licitação. Dentre os mencionados dispositivos, encontra-se a possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade, de fornecedor exclusivo de determinado objeto (art. 25, I, Lei n. 8.666/93), desde que obedecidos os requisitos estabelecidos em lei.

Em síntese, a contratação direta esteada no dispositivo mencionado deve atender a certos requisitos, a saber: *a) só pode ser referente a compras, não se aplicando a serviços e obras, b) em princípio, não se pode indicar marca, c) o fornecedor deve ser exclusivo, d) comprova-se a exclusividade por meio de certidões ou atestados fornecidos por junta comercial, sindicato ou entidade equivalente.*

A análise da documentação acostada aos autos demonstra que os requisitos foram observados. A compra de equipamento pretendida é cancelada tecnicamente pela Secretaria consulente. Em específico - e após questionamento acerca da possível utilização de outros equipamentos / marcas de capnógrafo nos monitores disponíveis no Município do Recife -, o parecer técnico da Secretaria indica que *"módulos de capnografia somente são compatíveis com os monitores multiparamétricos se pertencerem ao mesmo fabricante e ainda ao mesmo modelo. Não existe módulos de capnografia genéricos. A unidade solicitante do equipamento possui, em seu parque tecnológico, um monitor marca Drager e modelo Infinity Delta XL, cuja configuração é ideal para utilização em bloco cirúrgico, sendo necessário, somente, adquirir o módulo de capnografia"* (fls. 54).

Entendo, pois, justificada a escolha do fornecedor, conforme exige o art. 26, parágrafo único, inc. II, da Lei nº 8.666/93, uma vez que se deve ao fato de ser o único equipamento possível de atender a necessidade da Secretaria e de o fornecedor ser exclusivo, conforme comprovado nos autos.



PREFEITURA DO

RECIFE

Por fim, verifica-se que a futura contratada atende aos requisitos de habilitação no tocante ao aspecto jurídico e fiscal, constando dos autos o estatuto social da entidade e certidões negativas de débitos trabalhistas e fiscais (algumas positivas, com efeitos negativos, na linha dos arts. 205 e 206 do Código Tributário Nacional). Ressalte-se, contudo, a necessidade de renovação de eventuais certidões negativas vencidas até o momento da contratação, uma vez que os requisitos de habilitação devem ser mantidos, não só antes da contratação, senão também durante esta.

Verifica-se, ademais, a compatibilidade de preços com os praticados pela empresa no mercado (vide documentação nos autos relativa a aquisições do mesmo objeto por outros órgãos / entes).

Em conclusão, opina-se pela possibilidade de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93), sem prejuízo da eventual atualização das certidões negativas vencidas e do cumprimento das formalidades do art. 26 da Lei nº 8.666/93, sobretudo as devidas publicações em diário oficial e ratificação da inexigibilidade.

É o parecer.

À consideração superior.

Bruno Santos Cunha - brunocunha@recife.pe.gov.br

Procurador do Município do Recife - Matrícula 87.476-8 - OAB/PE 1.033-B

De acordo com os termos do Parecer nº 115/2015

Secretaria de Assuntos Jurídicos
Procuradoria Termos Licitações e Contratos
Procurador Chefe

Diretor da Procuradoria

Matrícula _____

LUIZ CLAUDIO DE FARIAS JR.
Mat. 36905-9

De acordo com os termos do Parecer nº 115/2015

Diretor Geral da Procuradoria

Matrícula _____

De acordo com os termos do Parecer nº 115/2015

Secretário de Assuntos Jurídicos